



# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO**

**Exercício 2024**



## **1. APRESENTAÇÃO**

A DI-COI - Diretoria de Controle Interno deste TCE - Tribunal de Contas do Estado de Goiás, regulamentada pela Resolução nº 10/2019 – TCE, apresenta, com fulcro no inc. XXI, art. 7º daquele normativo, o presente Relatório de Atividades de Controle Interno, alusivo ao exercício de 2024.

A DI-COI tem por missão contribuir para a melhoria da eficácia e transparência da Administração, assegurando o cumprimento dos preceitos normativos e a eficiente aplicação dos recursos públicos, sempre com foco no fortalecimento e otimização dos resultados da gestão.

A institucionalização e implementação do Controle Interno não é somente uma exigência das Constituições Federal e Estadual, mas também uma oportunidade para dotar a Administração Pública de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das exigências legais e da transparência pública, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação dos recursos públicos, garantindo segurança aos gestores e melhores resultados à sociedade. Portanto, as atividades de controle interno se aliam e complementam aquelas de competência do controle externo, exercidas pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, no processo de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.



## 2. ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Art. 7º, Resolução nº 10/2019

Art. 7º. Compete à Diretoria de Controle Interno:

I - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno no âmbito do Tribunal e promover a sua integração operacional;

II - propor a normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais da Diretoria de Controle Interno;

III - auxiliar as unidades técnicas e administrativas na elaboração, expedição e atualização dos regulamentos sobre procedimentos de controle, de forma a assegurar a efetividade da receita, da aplicação dos recursos e da execução das ações finalísticas;

IV - fiscalizar o cumprimento da Lei federal nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 e da Lei estadual nº 18.025 de 22 de maio de 2013, bem como da Resolução Normativa nº 004/2012, em especial das obrigações relacionadas à transparência ativa;

V - coordenar o programa de compliance no âmbito do TCE, o qual objetiva:

a) garantir a conformidade dos atos de gestão com padrões éticos, morais e legais;

b) assegurar o alcance dos resultados planejados; e

c) fomentar a transparência, a responsabilização e gestão de riscos organizacionais.

VI - avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a execução orçamentária, examinando a conformidade com os limites e destinações pré-estabelecidos;

VII - verificar a utilização pelas unidades de indicadores de resultados que possibilitem aferir o cumprimento das metas quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

VIII - certificar o funcionamento dos controles exercidos nos direitos e haveres do TCE;

IX - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados pelas unidades executoras e avaliar as políticas de gerenciamento de riscos, por meio de atividades consignadas no Plano Anual de Auditoria Interna;

X - acompanhar e fiscalizar as diversas fases das receitas, e os respectivos controles;



XI - elaborar e manter atualizado Manual de Auditoria, especificando os procedimentos e metodologia de trabalho a ser observada, e que contemple normas de conduta a serem observadas a título de "código de ética" para o exercício da atividade de auditoria;

XII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades administrativas quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências e elaboração de respostas;

XIII - orientar a administração nos aspectos relacionados com o controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas e quanto à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

XIV - pronunciar sobre a legislação e normas concernentes a orçamento, contabilidade, finanças públicas e outras correlatas ao controle da Administração Pública;

XV - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

XVI - examinar a regularidade dos processos licitatórios, das dispensas e inexigibilidades, dos contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, bem como dos demais atos administrativos de que resultem a criação e extinção de direitos e obrigações;

XVII - propor a melhoria ou implantação de sistemas apoiados em tecnologia da informação, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XVIII - instituir e manter o sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XIX - cientificar o Presidente do Tribunal, objetivando a adoção de providências, sempre que:

a) ficar evidenciado atos ou fatos inquinados de ilegalidade, ilegítimos ou antieconômicos, praticados por agentes públicos ou privados;

b) não houver prestação de contas de recursos oriundos do Orçamento do TCE-GO; e

c) quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XX - fiscalizar os sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

XXI - elaborar Relatório Anual das Atividades de Controle Interno, no prazo de 40 dias após o término do exercício financeiro;

XXII - comprovar a legalidade da tomada de contas especial, para fins de certificação junto ao controle externo;

XXIII - fiscalizar os controles exercidos pelas unidades administrativas, no que concerne:



a) aos limites de despesa de pessoal e de inscrição em restos a pagar, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) aos fundos rotativos, adiantamentos e de suas prestações de contas; e

c) às diárias e ajudas de custo;

XXIV - fiscalizar a realização de concurso público no Tribunal;

XXV - verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal face aos sistemas corporativos do TCE-GO;

XXVI - verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXVII - promover o intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno dos demais Poderes e órgãos da Administração Pública;

XXVIII - elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna e submeter à aprovação da Presidência, em até sessenta dias do início do exercício financeiro;

XXIX - emitir Relatório Anual de Auditoria de Avaliação da Gestão, com parecer conclusivo, sobre as contas anuais dos gestores responsáveis;

XXX - apurar denúncias e representações, encaminhadas pela Presidência, que tenham por objeto a comunicação à Ouvidoria de irregularidades na gestão do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial;

XXXI - realizar auditorias internas, inclusive de avaliação do controle interno e de avaliação da política de gerenciamento de riscos;

XXXII - exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. As atividades de controle interno, sempre que possível, deverão ser exercidas de forma prévia e concomitante aos atos controlados, observando-se as diretrizes aprovadas no Plano Anual de Auditoria Interna.

### 3. EQUIPE

De forma a dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, a equipe da DI-COI /TCE-GO foi composta por 04 (quatro) servidores efetivos no exercício de 2024, incluído a Responsável pela unidade, conforme demonstrado abaixo:

Lana Menezes de Castro  
**Técnica de Controle Externo – Diretoria**

Diego Garcia Maranhão  
**Auditor de Controle Externo**



Gildomar H. dos Santos  
**Auditor de Controle Externo**

Marcelo Moreira de Moura  
**Auditor de Controle Externo**

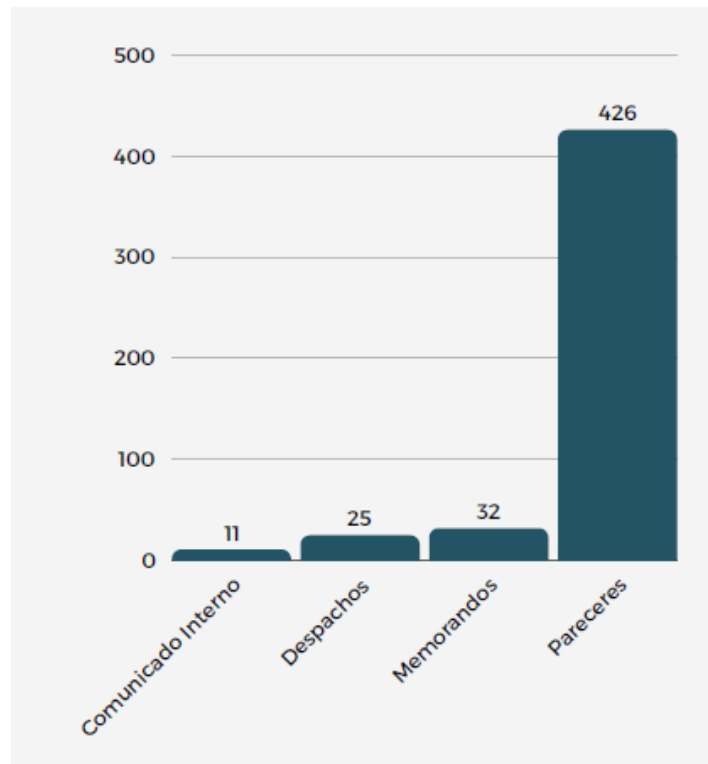
## **4. ATIVIDADES EXECUTADAS**

### **4.1. Análises Processuais**

- A Diretoria de Controle Interno realizou análises nos processos de licitação e contratação, com supedâneo na Ordem de Serviço nº 01/2024
- Informa-se que os resultados dos trabalhos relativos às análises dos processos aquisitivos foram evidenciados em Pareceres Prévios e Conclusivos, nos seguintes momentos:
  - ✓ quando da finalização do procedimento licitatório – com a finalidade de verificar a legalidade dos atos do certame; quando das alterações das condições estabelecidas inicialmente no contrato; quando do seu encerramento (ao final do exercício ou do alcance do objetivo a que se dispõe o processo) – para fins de Parecer Conclusivo da DI-COI.
  - ✓ quando das alterações das condições estabelecidas inicialmente no contrato;
  - ✓ quando do seu encerramento (ao final do exercício ou do alcance do objetivo a que se dispõe o processo) – para fins de Parecer Conclusivo da DI-COI.
- Análise nos processos de concessão de aposentadoria e pensão, para fins de registro pelo Controle Externo, bem como avaliação dos atos de concessão de gratificações e adicionais a qualquer título;
- Análise de processos de fundo rotativo, verificando a aderência às normas regulamentares.

#### **4.1.1 Números**

Ficou registrado nos sistemas corporativos do Tribunal de Contas que, no período de 01/01/2024 à 31/12/2024, a Diretoria de Controle Interno emitiu os seguintes documentos:



## 4.2 Do Ambiente de Controle Interno

Em fevereiro de 2024, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 06/2019-TCE/GO, que estabelece orientações gerais sobre a regulamentação e operacionalização do Sistema de Controle Interno, procedeu-se o preenchimento do questionário de Autoavaliação da Estrutura de Controle Interno desta Corte de Contas – exercício 2024, respondido por essa unidade de Controle Interno com todas as evidências necessárias, e devidamente encaminhado à Presidência deste Tribunal de Contas.

### 4.2.1 Resultado da Avaliação do Ambiente de Controle Interno

Foi realizado pela equipe Técnica deste Tribunal, designada pela Portaria nº04/2024 SEC\_EXTERNO, o Levantamento a respeito da avaliação, originando o Relatório de nº 01/2024.

Considerando apenas os quesitos cuja resposta foi registrada e validada como “Sim”, foi apresentado neste Relatório o ranqueamento dos Poderes, órgãos e entidades participantes, conforme o grau de implementação de sua estrutura de controle interno, tendo o Tribunal de Contas do Estado de Goiás atendido a



26 dos 27 quesitos avaliados, apresentando um percentual de implementação de 90-100%.

### **4.3. Avaliação e adequação do Portal da Transparência**

Considerando o cumprimento das atividades regimentais estabelecidas no Art. 7º, inciso IV da Resolução Administrativa nº 10/2019, bem como o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009, Lei nº 12.527/2011 e ainda Decreto 10.540/2020, foi realizada a Avaliação e Adequação do Portal da Transparência – TCE/GO em estrito acordo com os critérios exigidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública 3º ciclo ano 2024.

- A partir desta atividade, foi gerado o Relatório do Portal da Transparência, encaminhado em junho de 2024 ao Gabinete da Presidência para seu conhecimento.
- O trabalho desta Diretoria de Controle Interno se baseou em realizar o levantamento dos critérios pertinentes à esta Corte de Contas, unindo esforços no sentido de avaliar o Portal, e realizar a atualização dos dados, adequação às novas exigências, bem como implementação dos novos critérios passíveis de atendimento.

#### **4.3.1 Resultado da Avaliação e Adequação Do Portal Da Transparência**

Na fase de avaliação deste Controle Interno, o Tribunal apresentou um índice inicial de Transparência de 98,51%.

Após validação do Portal pela equipe de validação, e enviado à Atricon para conclusão, o índice de transparência apurado foi de 99,4%, recebendo assim o Selo Diamante de Transparência Pública.

### **4.4 Relatório Anual de Contas**

Com vistas a certificar a regularidade das contas anuais dos gestores do Tribunal, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação de dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e bens do Tribunal ou a ele confiados, e avaliar os resultados operacionais e da execução dos





programas do Tribunal quanto a sua economicidade, eficiência e eficácia, a Diretoria de Controle Interno emitiu o “Relatório Anual de Auditoria de Avaliação de Gestão” contendo Parecer conclusivo, manifestando-se pela regularidade das Contas desta Corte de Contas referentes ao exercício financeiro de 2023.

### **PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES**

No “Relatório Anual de Auditoria de Avaliação da Gestão” do exercício de 2023, ficou evidenciado no item 15.1 que “não se detectaram falhas, irregularidades ou ilegalidades, salvo aquelas de caráter meramente formal, as quais foram prontamente sanadas pelos setores responsáveis”.

#### **4.5 Relatório de Gestão Fiscal**

Durante o exercício de 2024, foi realizada a análise do 3º RGF de 2023, 1º e 2º RGF's de 2024, cotejando os valores que compõem o Relatório enviado pela Gerência de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCE-GO com os registrados no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINet, bem como avaliando os limites com a despesa de pessoal segundo os critérios legais.

### **5. Fiscalizações**

A tabela apresentada abaixo, consolida as informações relacionadas ao número do parecer, processo, assunto, ressalvas e recomendações, destinatários das ressalvas/recomendações emitidas por este Controle Interno.

Durante o exercício de 2024, a unidade de Controle Interno atuou de forma preventiva e corretiva, onde suas recomendações e ressalvas foram realizadas de forma pontual, em cada processo analisado.



# Tribunal de Contas do Estado de Goiás

## Diretoria de Controle Interno

Parecer nº	Processo	Assunto	Achados	Destinatário
4	202200047000235	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
6	202300047004607	AUXÍLIO FUNERAL	apresentação de documento oficial para comprovação de vínculo familiar	GPRES
9	202100047002578	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas/retificação de documentos	GCOF
17	202400047000123	AUXÍLIO FUNERAL	comprovação do valor efetivamente pago	GPRES
32	202300047004552	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidão vencida	GCOF
33	202400047000093	ATOS DE PESSOAL-SOLICITAÇÃO	juntada da Portaria concessiva da licença-prêmio	GER-GP
34	202300047001141	ATOS DE PESSOAL-ABONO PECUNIÁRIO	necessidade de comprovação de não existência de processo judicial de objeto idêntico	GER-GP
38	202400047000225	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidão vencida	GCOF
51	201900047000371	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
58	202100047000559	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
63	202200047001249	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
66	202400047000481	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
72	202400047000727	ATOS DE PESSOAL-SOLICITAÇÃO	necessidade de declaração da GER-GP atestando o uso do período referido somente para fins de desavervação definitiva da CTC/necessidade de solicitar o desentranhamento das certidões pretendidas à GER-GP	GPRES
78	202400047000115	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
79	202400047000775	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
80	202400047000722	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
82	202300047002355	OUTRAS SOLICITAÇÕES	necessidade de alteração do preâmbulo da minuta do Termo Aditivo	SERV-CONT
85	202200047000671	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	necessidade de apresentação do valor da DAOF estimado para 2025/certidões vencidas	GCOF
90	202400047000446	LICITAÇÃO - PREGÃO	incoerência das numerações relativas ao Pregão em tela	GCOF
94	202400047001018	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
96	202400047000686	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
97	202400047000930	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
101	202400047000130	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
103	202400047000850	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
115	202400047001384	ATOS DE PESSOAL-ABONO PECUNIÁRIO	necessidade de demarcação da quantidade de períodos aquisitivos de férias integrais e proporcionais, não usufruídos e não pagos, dispostos pelo servidor	GER-GP
116	202400047001172	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
118	202400047001239	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
135	202400047000967	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
136	202400047001231	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
139	202400047001572	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF



# Tribunal de Contas do Estado de Goiás

## Diretoria de Controle Interno

141	202400047001032	ATOS DE PESSOAL-FÉRIAS	necessidade de observar, conforme Tema 985 do STF, disponibilidade orçamentária e financeira para gratificação de férias, respeitando o limite de despesa com pessoal	GCOF
149	202400047001019	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
152	202400047001773	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidão vencida	GCOF
153	202400047001678	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
161	202400047001995	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	necessidade da GCOF responder questionamento feito pela DI-JUR acerca da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira	GCOF
163	202400047001655	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
164	202400047002030	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
165	202100047000347	LICITAÇÃO - PREGÃO	necessidade de correção na minuta do Aditivo, indicando a data na qual o preço será reajustado	GCOF
181	202400047001992	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	necessidade de atualização da Minuta Contratual	GCOF
184	202400047002174	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	necessidade de que o resultado da pesquisa de preços seja materializado em documento formal	GCOF
188	202400047002378	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
192	202400047001640	ATOS DE PESSOAL-SOLICITAÇÃO	necessidade de apresentação da disponibilidade orçamentária e financeira da despesa	SERV-FOLH
193	202400047002380	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
195	202400047001641	ATOS DE PESSOAL-SOLICITAÇÃO	necessidade demonstração da disponibilidade orçamentária e financeira da despesa.	SER.FOLHA
208	202400047002505	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidão vencida	GCOF
214	202400047002783	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidão vencida	GCOF
217	202400047002287	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
227	202400047002771	ATOS DE PESSOAL-GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE	necessidade de instruir os autos com o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT específico de cada interessado, indicando o enquadramento do grau de insalubridade (Alto, médio ou baixo) ao qual o servidor está exposto	GPRES
235	202400047001913	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
328	202400047000686	LICITAÇÃO - PREGÃO	observação quanto às ressalvas da Diretoria Jurídica	GCOF
329	202400047003199	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão vencida	GCOF
332	202300047003426	Aditivo - Pregão	Necessidade de alteração do valor constante na minuta	GCOF
333	202400047003295	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidão referente à regularidade perante o FGTS encontra-se vencida e deverá ser renovada	
333	202400047003295	LICITAÇÃO - PREGÃO	Certidão perante o FGTS vencida	GCOF
334	202400047004147	CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE	certidões vencidas	GCOF
336	202300047002355	Aditivo - Convênio	certidões vencidas	PRESI
337	202400047004190	Convênio	Necessidade de apresentação da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira	GCOF
339	202400047003833	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
342	202400047002683	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF



343	202400047004537	ATOS DE PESSOAL - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	ausência de detalhamento de Impacto Financeiro das Progressões, bem como das Gratificações de Desempenho	GCOF
344	202400047004306	ATOS DE PESSOAL - AUXILIO FUNERAL	Ausência de detalhamento de Impacto Financeiro das Progressões, bem como das Gratificações de Desempenho	GER-GP
347	202400047004135	CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA	certidões vencidas	GCOF
351	202400047003756	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF
352	202400047004162	ATOS DE PESSOAL - SOLICITAÇÃO	Necessidade da Gerência de Gestão de Pessoas notificar o servidor, para que este usufrua o período de licença prêmio a que tem direito antes de sua aposentadoria.	GER-GP
355	202400047004417	ATOS DE PESSOAL - SOLICITAÇÃO	necessário a requerente esclarecer o nome do curso em que está matriculada, visto que o nome constante da declaração de reserva de vaga difere do informado em seu requerimento	PRESI
360	202400047004046	LICITAÇÃO - PREGÃO	certidões vencidas	GCOF

## 6. Auditorias Internas

A execução da atividade de Auditoria Interna no exercício de 2024 não pôde ser realizada em virtude da necessidade de estruturação de um setor e servidores específicos para tal atividade.

Diante disso, a iniciativa foi transferida para o biênio 2025/2026, período em que está prevista a alocação de mais servidores na unidade e a criação de um serviço específico de Auditoria Interna.

## 7. Conclusão

Este Relatório evidenciou as principais atividades desenvolvidas por esta Diretoria de Controle Interno no ano de 2024, em cumprimento às disposições do art. 7º, inc. XXI da Resolução Administrativa nº 10/2019.

Lana Menezes de Castro  
**Diretoria de Controle Interno**